

Os ‘cães danados do fascismo’, o neoliberalismo e as questões sociais: os ‘rastros de lama’ do Estado Pós-Democrático

“Cães danados do fascismo
Babam e arreganham os dentes
Sai do ovo da serpente
Fruto podre do cinismo
Para oprimir as gentes
Nos manter no escravismo
Pra nos empurrar no abismo
E nos triturar com os dentes
Ê, República de parentes, pode crer
Na nova Babilônia, eu e você
Somos só carne humana pra moer
E o amor não é pra nós
Mas nós temos a pedrada pra jogar
A bola incendiária está no ar (vai voar).
Fogo nos fascistas!
Fogo, Jah!”
(Chico César – *Fogo Jáhhh*)

Rastros de lama, luto e luta I

A Revista Motrivivência vem acompanhando todo esse processo de destruição da democracia brasileira, em meio a um ‘rastro de lama’ que culminou com o ‘Golpe de Estado’, tendo como consequência o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Os leitores puderam acompanhar toda essa história desde as edições de 2013, justamente quando começou o Golpe, a partir das chamadas ‘jornadas de junho’, passando pelo governo golpista e ultraneoliberal de Michel Temer, até os dias atuais, com a subida do fascista-conservador-militar-neopentecostal Bolsonaro ao poder.

A Motrivivência já incorporou a ideia de não separar política, ciência e arte. Essa tem sido a nossa ‘cara’, da qual não abrimos mão, principalmente na atualidade, quando assistimos à destruição da democracia no Estado brasileiro e aos desmontes das suas políticas públicas e sociais. Diante dessa situação, temos tido uma posição crítica a todo o processo de atentado à



democracia e, em razão disso, à ascensão da fusão entre neoliberalismo e fascismo. Por isso, optamos por ir para além da ‘neutralidade axiológica’, que distingue rigorosamente a produção dos conhecimentos científicos e os juízos de valor¹. Assim sendo, não concordamos com a ideia weberiana de que um periódico deva ser “exclusivamente científico, trabalhando exclusivamente com os meios característicos da investigação científica”. Enquanto editores comprometidos com as transformações sociais e contra a lógica destrutiva do capital, consideramos de fundamental importância não separar radicalmente a ‘análise dos fatos’ dos ‘juízos de valor’, sobretudo levando em conta as imbricadas relações entre produção do conhecimento e política.

Não se trata de mera panfletagem, mas sim de uma posição política clara contra os desmontes das políticas sociais públicas, particularmente das políticas educacionais, inicialmente engendrados pelo governo golpista de Temer e depois concluídos por Bolsonaro. Ao assumir essas posições, temos como objetivo engrossar as fileiras de cientistas, artistas e intelectuais que questionam a relevância acadêmica, social e política da produção do conhecimento nas universidades. Acreditamos em nossos esforços enquanto intelectuais críticos e transformadores, no sentido de garantir ações teórico-práticas crítico-superadoras, cujo escopo seja desestabilizar o senso-comum acadêmico e as posições conservadoras que pululam na produção (livros, revistas e outras produções), nos debates e nas pesquisas acadêmicas. Mais do que isso, temos que evitar a morte da democracia, defendendo-a nos diversos espaços da academia, posicionando-nos contra a divisão abissal de classes sociais e resguardando o Estado de Direito, os Direitos Humanos em geral, os direitos dos trabalhadores e os pequenos avanços conquistados pela sociedade civil até os dias atuais.

Postas essas reflexões, nesta edição, tomamos como tema central, de forma introdutória, algumas reflexões sobre o Estado Pós-Democrático, cujos pressupostos teórico-práticos têm suas bases na reflexão sobre a destruição da democracia e, conseqüentemente, do Estado de Direito. Consideramos essas preocupações essenciais, principalmente pelo fato de esse processo político consubstanciar-se na diabólica fusão do neoliberalismo com o fascismo, no âmbito das perversidades do Estado de Exceção, que instauram em nossos cotidianos uma barbárie nunca vivenciada antes. Esse recorte se dá em razão de não sucumbirmos à tentação de ficar discutindo questões consideradas graves, mas ligadas ao ‘politicamente correto’ e a factoides construídos por Bolsonaro e por seus filhos mimados e perigosos, além de sua equipe de capitães e generais. Portanto, resolvemos delimitar a questão ao Estado Pós-Democrático, a fim de não dar munição para que esse governo destrua instituições já consolidadas, como por exemplo, o Ministério dos

¹ COHN, Gabriel. FERNANDES, Florestan. **Weber**. Sociologia. São Paulo: Ática, 1979. (Col. Grandes Cientistas Sociais).

Esportes. É importante ressaltar esse fato, pois precisamos das forças de nossas ideias e corpos para combater e resistir, num momento em que nossos direitos se desmancham no ar, na calada da noite. Não podemos ficar debatendo apaixonadamente se a cor deve ser rosa para meninas e azul para os meninos. Temos é que partir para cima, fazer com que os “cães danados do fascismo” “saiam do ovo da serpente”; temos que enfrentá-los com argumentos, desmenti-los publicamente nas escolas e nas universidades, desconstruir os seus “ovos podres do cinismo”, das mentiras e da violência. Além disso, ir às ruas, debater nos movimentos sociais e sindicais, em espaços escolares e nas universidades, reconquistar a democracia e, consecutivamente, o Estado de Direito.

Rastros de lama, luto e luta II

Antes de discorrer sobre o Estado Pós-Democrático, prestamos nossa homenagem à Marielle, vereadora do PSOL, negra, defensora dos direitos humanos das favelas do Rio de Janeiro, cujo assassinato covarde e brutal, hoje, dia 21 de março, completa exatamente um ano. Marielle é um símbolo das lutas negras feministas e GLBTTs. Nós, da Motrivivência, somamo-nos aos movimentos sociais e sindicais, que continuam sua luta, mas exigem saber não apenas quem foram os assassinos de Marielle e Anderson mas também quem foram os mandantes (milicianos e matadores de aluguel), ou seja, ‘quem matou Marielle?’. Estamos de luto, mas em luta, junto de todos, brasileiros, brasileiras e militantes dos diversos países do mundo que lutam contra o fascismo e o neoliberalismo. Essa nossa homenagem recorda o belíssimo samba-enredo da Mangueira no carnaval de 2019, que trouxe Marielle como tema, um ícone das lutas em prol dos trabalhadores e trabalhadoras empobrecidos das favelas e periferias desse imenso Brasil saqueado e injustiçado.

Era com essas populações que Marielle estava engajada, com pessoas ameaçadas pelas ‘políticas da morte’ e pela “lógica bélica e militarizada de gestão das populações indesejadas pelos arautos do neoliberalismo e do fascismo²”. Em síntese, o que temos a dizer à Mangueira e às outras escolas de samba e blocos que fizeram a articulação mais oportuna e essencial – entre carnaval e política –, a exemplo da Paraíso do Tuiuti no carnaval passado, está contido nos versos da própria Mangueira:

Mangueira, tira a poeira dos porões.
Ô, abre alas pros teus heróis de barracões.
Do Brasil que se faz um país de Lecis, jamelões.
São verdes e rosas as multidões.
[...]

² VIANNA, Adriana. Políticas da morte e seus fantasmas. *Le Monde Diplomatique*, [S. l.], Ano 12, nº 140, Dossiê Estado de Choque, mar. 2019, p. 20.

Têm sangue retinto pisado.
[...]
Salve os caboclos de julho.
Quem foi de aço nos anos de chumbo.
[...]
Brasil, chegou a vez *de ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês*³.

Nesse emaranhado de destruições e lutos, despontam as lutas dos atingidos pelas barragens de Mariana e de Brumadinho. Fazemos essas alusões porque entendemos que os ‘rastros de lama’ da política atual seguem seu curso, “derrubando homens entre outros animais – devastando a sede desses matagais⁴”. O meio ambiente foi destruído em meio à lama, que escorreu primeiramente em Mariana (novembro de 2015) e, mais recentemente, em Brumadinho (fevereiro de 2019), ceifando 165 vidas e deixando aproximadamente 155 desaparecidos, além de diversos desabrigados. A tragédia mostra como o capital vem em primeiro lugar e a vida humana não tem nenhum valor; “o lucro não vale uma vida” e a “privatização mata”, segundo o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB). Foi um crime que destruiu vidas e o meio ambiente, através da apropriação dos bens naturais, da exploração dos trabalhadores e do desrespeito às comunidades por parte das grandes empresas, para a geração de lucros extraordinários. A lama poluiu rios antes de chegar ao oceano, matando fauna e flora. A área destruída foi o sepulcro de árvores, animais, seres humanos e comunidades. Os prejuízos são de inteira responsabilidade da Vale do Rio Doce. Sua ganância por mais-valia revela a busca exacerbada pelo lucro, que deixou marcas no presente, apagando o passado e comprometendo o futuro de gerações inteiras.

Rastros de lama, luto e luta III

Em termos de desmonte do Estado, no governo Temer, eivado de concepções neoliberais, conservadoras e fundamentalistas, as principais investidas dos golpistas recaíram sobre as estruturas do Estado responsáveis por operar políticas públicas e sociais importantes e bem-sucedidas, destruindo assim muitos legados já consolidados, aos quais faltavam apenas alguns ajustes para que sua efetividade e qualidade social fossem ampliadas, numa demonstração de irresponsabilidade e despreparo no trato com a coisa pública. Nesse pacote, estão incluídas a desastrosa subordinação do Ministério da Educação (MEC) ao Ministério da Cultura (MinC), a fusão entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e o Ministério das Comunicações (MC), assim como a extinção de órgãos de Estado importantes, como o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) e outros. Embora se tenha argumentado que as medidas obedecem a critérios técnicos, os

³ *História pra ninar gente grande*, samba-enredo da Mangueira no carnaval de 2019 (grifos nossos).

⁴ Zé Ramalho – *Eternas Ondas*.

motivos que as sustentam são de natureza política, a exemplo do ódio antipetista, usado como justificativa para destruir pela raiz os projetos criados nas gestões Lula e Dilma, iniciativas bem-sucedidas, mas ainda provisórias. São ações motivadas por “birra”, instrumentos de vingança contra opositores, ainda que ao custo do dinheiro público.

No que diz respeito aos ataques contra o MinC, o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e a Secadi, foi clara a intenção de solapar importantes canais de diálogo entre o governo federal e movimentos sociais os mais diversos, porquanto se tratasse de órgãos responsáveis pela elaboração e operacionalização de reconhecimento e de fortalecimento das diversidades aliadas às questões de classe. E o mesmo se observa na estruturação dos ministérios e das secretarias; nesse particular, os desmontes do governo Bolsonaro foram tão ou mais perversos quanto os do governo Temer. Visando atingir indígenas e quilombolas, Bolsonaro, que nunca escondeu sua aversão aos povos originários, terminou extinguindo a Fundação Nacional do Índio (Funai) e colocando a questão da demarcação de terras nas mãos dos ruralistas. Dando sequência aos desmontes, o papel que cumpria a Secadi, hoje, terminou nas mãos da Ministra evangélica Damares Alves, responsável pelo amplo e confuso Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Em vista disso, a questão das desigualdades sociais e das diversidades voltou a pauta do dia, reclamando outro projeto societário, para além da lógica do capital. Embora comporte indicações mais amplas, genéricas e específicas sobre os problemas que determinam os diversos tipos de desigualdade (renda, trabalho, educação, moradia, transporte e outros), a questão social pode ser compreendida como sinônimo de desigualdade social. Em vista disso, é ela quem deve regular a necessidade de mobilização e as manifestações, cujos protagonistas são os movimentos sociais, haja vista serem eles que vivenciam e se opõem às desigualdades.

Na atualidade, o debate sobre a questão social deve ser precedido pelo entendimento sobre o agravamento das desigualdades sociais trazido pela junção nefasta entre neoliberalismo e hiperconservadorismo com que ficou caracterizado o governo de Michel Temer, que se tornou ainda mais complexa depois que Bolsonaro foi alçado ao poder. Agora, o que temos é um cruzamento hediondo entre neoliberalismo, hiperconservadorismo, fascismo e fundamentalismo. E, em meio a essa barafunda, as lutas contra as desigualdades sociais devem ampliar seu espectro, articulando a luta de classes ao reconhecimento das diferenças e desigualdades de gênero, raça/etnia, cultura e idade/geração⁵ e aos demais direitos humanos e sociais. O grande desafio dos trabalhadores e trabalhadoras, portanto, continua sendo aliar a luta de classes a outras lutas, pois, como a demanda por direitos sociais é muito grande, é necessário lutar em diversas frentes.

⁵ IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília, Ano 2, n. 3, p. 9-33, jan./jul. 2001, p. 27-28. Disponível em: <https://bit.ly/2tikppt>. Acesso em: 8 mar. 2019.

No entanto, este estado de coisas não deve ser motivo para desânimo, pois nem tudo está perdido. O capitalismo está em franco declínio no mundo todo, o que pode ser constatado nas crises estruturais que o caracterizam, crises longevas, duradouras e sistêmicas, que se mantêm a partir das contradições antagônicas de classe entre proletariado e burguesia (desigualdades sociais) e entre capital e trabalho (desemprego, subemprego). No atual estágio de desenvolvimento da humanidade, as crises do capital tendem a se tornar ainda mais agudas, invadindo não apenas o mundo das finanças globais, mais ou menos parasitárias, mas também os demais domínios da nossa vida econômica, política, social e cultural⁶. Como consequência, as desigualdades sociais vêm se agravando, em razão da ganância das elites no poder, que insistem em querer mais-valia e em acumular mais capital.

O debate acerca das desigualdades sociais, normalmente, tende a tratá-la a partir de uma falsa polêmica entre inclusão e exclusão social. Falsa, sim, porque só tange a superfície de uma realidade que, para ser devidamente explicada, requer a compreensão das leis gerais que regem o modelo utilizado pelo capital para produção e reprodução dos bens, assim como das contradições inerentes à organização do poder no Estado capitalista e, fundamentalmente, das expressões da luta de classes, ou seja, do enfrentamento entre interesses antagônicos e inconciliáveis que determinam a vida em sociedade⁷.

Desse modo, é preciso reconhecer a questão social como uma problemática historicamente recorrente, não só nos estudos acadêmicos, mas também nas políticas públicas e sociais. Passado mais de um século desde a proclamação da República, período em que ela assumiu cariz oligárquico, populista e militar, essa questão vem se apresentando como um elo básico da problemática da conjuntura nacional, dos impasses dos regimes políticos ou do dilema dos governantes⁸.

Mais ainda, da forma como o Estado brasileiro veio sendo conduzido na política, desde o Golpe Militar de 1964 até o primeiro mandato do Presidente Lula, já no período de abertura democrática, retomada agora, após o Golpe de Estado de 2016, que provocou o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff e colocou no poder Michel Temer, o ‘exterminador do futuro’, e seus comparsas e colaboradores da direita mais atrasada do país, representada pelas bancadas do Boi, da Bala e da Bíblia (BBB), atuantes no Congresso Nacional e no Senado.

⁶ MÉSZÁROS, Istvan. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

⁷ TAFFAREL, Celi N. Z. **A Exclusão social e educacional na sociedade brasileira**. Canela: Faced/UFBA, 2011. (uso restrito no trabalho do Coletivo UFSC – sem correções). Disponível em: <https://bit.ly/2HopLHt>. Acesso em: 8 mar. 2018.

⁸ IANNI, Otávio. A questão social. **Revista da USP**, São Paulo, n. 3, p. 145-154, 1989. p. 145. Disponível em: <https://bit.ly/2TING4Z>. Acesso em: 8 mar. 2019.

Eles são os representantes da “destruição não criadora”⁹, responsáveis pelo aniquilamento dos direitos dos trabalhadores, das políticas educacionais e das políticas públicas e sociais em geral desde o governo FHC, nos anos 1990. Ao longo do tempo, esforçaram-se para destruir o meio ambiente, desmontar o setor público e sucatear a infraestrutura de serviços básicos, privatizando indiscriminadamente o patrimônio público e desnacionalizando a produção e o investimento privado. Aprovaram reformas contrárias aos interesses da classe trabalhadora, como a Reforma Trabalhista, que degrada e precariza as condições de trabalho, aumentando o desemprego e o subemprego, e agora buscam aprovar a Reforma da Previdência, que obrigará os pobres a ‘trabalhar até morrerem’. Por todas essas ações, às quais se poderia acrescentar muitas outras, são os grandes responsáveis pela crise ético-política do Brasil na atualidade, fazendo com que a esquerda crítica, responsável e comprometida com a luta por superação das injustiças sociais e com a democracia denuncie até os dias atuais: “por quê gritamos golpe?”¹⁰.

Sucedendo o golpista Temer, o projeto fascista-conservador-neoliberal-fundamentalista-evangélico de Bolsonaro chega ao poder, pondo em prática ações dignas de um Estado de Exceção, as quais já podiam ser observadas ainda antes das eleições de 2018. Bolsonaro aliou-se às empresas transnacionais e aos interesses do governo norte-americano, de Donald Trump, tão fascista quanto o próprio Bolsonaro, com o objetivo de acabar com a soberania nacional e entregar o país de ‘mão beijada’ aos imperialistas. Toda essa forma de conduzir os destinos políticos do país foi devidamente orquestrada com o apoio da direita mais corrupta e conservadora, dos militares das Forças Armadas, das igrejas neopentecostais e do poder político da mídia burguesa, sob o beneplácito do Supremo Tribunal Federal (STF).

Assim, a política golpista de Temer e o governo de Bolsonaro, juntos, deram forma e conteúdo ao chamado Estado Pós-Democrático, de caráter ultra neoliberal e neoconservador, sustentado pelas elites atualmente no poder. As privatizações do Patrimônio Público por elas perpetradas revelam a clara intenção de não “produzir o bem comum”¹¹, demonstrando com isso que, “no Brasil, o ódio aos pobres” é um problema de ódio à democracia e, conseqüentemente, de ódio às classes populares, o que, aliás, parece ser a mais brasileira das nossas singularidades sociais¹².

⁹ TAVARES, Maria da Conceição. **Destrução não criadora**: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada. Rio de Janeiro: Record, 1999.

¹⁰ JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). **Por que gritamos golpe**: para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

¹¹ BAVA, Silvio Caccia. Um bem de todo e de ninguém: produzir o bem comum. **Le Monde Diplomatique**, [S. l.], ano, n. 123, editorial, p. 13, out. 2017.

¹² Ibid.

Todos esses fatos e eventos, cujo *ethos* é o “ódio à democracia”¹³, acabaram por tornar a questão social ainda mais aguda, elevando a destruição e a violência a patamares jamais vistos na história do Brasil e colocando as disparidades econômicas, políticas e culturais em níveis abissais, cindindo as classes sociais de forma cada vez mais intensa. Cumpre lembrar que muitas dessas questões vêm eclodindo ao longo de diversos momentos da história, isto é, de “uma história que se sintetiza nas seguintes palavras: questão social, problema de polícia ou problema político”¹⁴. Assim, foram “vários os itens da questão social [que] atravessaram a história das várias repúblicas, a saber: as lutas operárias e camponesas, as reivindicações do movimento negro, o problema indígena, a luta pela terra, a liberdade sindical, o direito de greve, as garantias do emprego, o salário desemprego, o acesso à saúde, educação, alimentação e habitação”¹⁵.

É a história do passado recente e do presente que revela a escassa ‘modernização’ galgada por determinadas esferas da expropriação e exploração, enquanto nas principais esferas da economia tudo parece muito próspero, diversificado e moderno. Isso significa dizer que “a mesma fábrica do progresso fabrica a questão social” e, portanto, as desigualdades sociais¹⁶. Por tudo que foi explanado em termos de historicidade da política brasileira mais recente, recorreremos às palavras de Eduardo Galeano¹⁷: “A história é um profeta com o olhar voltado para trás: pelo que foi e contra o que foi, anuncia o que será”.

Esses dois governos, irmãos siameses em termos de fomento da barbárie e do ódio, constituíram-se em verdadeiros vilões da destruição da democracia do Estado brasileiro. Suas maldades preveem contrarreformas cujo intento é a destruição do bem-estar social, como é o caso da Reforma da Previdência em curso¹⁸. Os primeiros desmontes do Estado, no governo Bolsonaro, foram de natureza pragmática e política. E as primeiras destruições se caracterizaram pela extinção de vários ministérios, a saber: Trabalho, Desenvolvimento Social, Cultura, Fazenda, Planejamento, Cidades, Esporte e Indústria e Comércio Exterior. A extinção dos ministérios teve como consequência a fragmentação dessas pastas, cujas ações foram distribuídas e improvisadas em outros ministérios. Nesse sentido, algumas atribuições do Ministério do Trabalho, criado em 1933, por exemplo, a área de geração de empregos e renda e de economia solidária, ficou nas mãos do Ministério da Cidadania. Já a pasta da Economia, comandada por Paulo Guedes, cuidará do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), enquanto a liberação das cartas sindicais, foi transferida

¹³ RANCIÉRE, Jaques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2015.

¹⁴ IANNI, op. cit., p. 154.

¹⁵ Ibid., loc. cit.

¹⁶ Ibid., loc. cit.

¹⁷ GALEANO, Eduardo. *A veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 19.

¹⁸ MOTTA, Cláudia. Maldades da reforma de Bolsonaro são parte da destruição do bem-estar social. **Rede Brasil Atual**, [S. l.], 20 fev. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2SPVKYb>. Acesso em: 8 mar. 2019.

para o Ministério da Segurança e Justiça, sob a responsabilidade de Sérgio Moro, entre outras modificações e retrocessos radicais. A fragmentação do Ministério do Trabalho demonstra a falta de compromisso com a classe trabalhadora, além de enfraquecer as lutas entre capital e trabalho.

Além de tudo isso, outros órgãos foram esvaziados, como por exemplo, o Conselho Nacional de Políticas de Transportes (Conit) e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), que orienta as ações de combate à fome e administra o Programa Bolsa-Família. Continuando sua trilha destrutiva, Bolsonaro, através de Medida Provisória, transferiu a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça para a pasta dirigida por Damare Alves. Vale destacar que a Comissão foi criada pela Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002, com o objetivo de “reparar as vítimas de atos de exceção, arbítrio e violações aos direitos humanos, cometidos por gentes do Estado entre 1946 e 1988”.

Em menos de dois meses sob o comando de Bolsonaro, a vida cotidiana se vê às voltas com memórias da Ditadura Militar de 1964, após a nomeação de grande contingente de militares em cargos estratégicos; o ódio à democracia passou a ser a tônica das práticas e discursos históricos e desinformados, insuflados pelo ódio de classe, aliado ao ‘antipetismo’, ao ‘anticomunismo’ e ao ‘antissocialismo’. A escalada de injustiças mantém Lula preso desde abril de 2018 (Lula Livre!), considerado ‘preso político’, no Brasil e no mundo, enquanto os verdadeiros corruptos estão desfrutando do poder e fora da cadeia. A justiça social se tornou seletiva: “para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei” (e Sérgio Moro, Ministro da ‘Justiça’). Além disso, a mídia e seus conglomerados, sobretudo a mídia televisiva (Rede Globo, Record, Bandeirantes e outras), vêm fazendo a mesma velha política – de acordo com a ‘maré’, mas sempre à direita –, com o objetivo de manter viva a acumulação de capital e defender os seus interesses, para continuar sonhando impostos ao Estado brasileiro.

Outra questão que clama por cuidados é a proliferação indiscriminada de *fake news*, com as quais, ilegalmente, Bolsonaro ganhou as eleições, baseado em mentiras. O mesmo se diz das delações premiadas, instrumento de política penal mal copiado dos norte-americanos que acabou se tornando instrumento de barganha com suas ‘verdades mentirosas’ e provas ‘fabricadas’, que fazem parte da indústria da Lava a Jato e, conseqüentemente, da morte da democracia.

A trama criminosa de Bolsonaro e de seus comparsas relegou à educação um papel de ‘mercadoria’, de banalidade; e ao trabalho, para sustento do direito dos ricos, atribuiu um caráter ‘escravagista’, supérfluo e precário. Nesse processo, os direitos humanos são cotidianamente desrespeitados e interpretados por meio de preceitos nazifascistas. A suposta laicidade do Estado vem sendo violada pela fusão entre o neopentecostalismo e a direita liberal, para o desmando falso e moralista das igrejas evangélicas.

As riquezas naturais são submetidas à exploração sem medida das multinacionais; a soberania nacional se esvai, e o país é privatizado e entregue em fatias aos imperialistas, a preço de banana (Pré-Sal, Petrobrás, Embraer, aeroportos, estradas e parte da Amazônia). As milícias continuam a perseguir e a exterminar homossexuais e quilombolas, que são tratados como bichos, como o lixo da história. Aumenta o feminicídio, principalmente entre mulheres negras (Marielle presente!); os povos originários (os indígenas) são exterminados pelos latifundiários da bancada ruralista; e os movimentos sociais, perseguidos e ameaçados de morte.

O espaço escolar e as universidades são devassados em nome do projeto ‘Escola Sem Partido’, na tentativa de censurar e criminalizar os professores e gestores, acusando-os de inculcar nas crianças e nos jovens a “ideologia de gênero” e o “marxismo cultural”. No fundo, o que está em jogo é instituir o “pensamento único” neoliberal, neopentecostal e fascista, que tem em vista acabar com a educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada. Como só se via durante a Ditadura Militar de 1964, as universidades passaram a ser invadidas ao arrepio da lei e sua autonomia constantemente ameaçada. A investida teve em mira também alguns reitores, desmoralizados pela ação da Polícia Federal, cujo caso mais agudo culminou com a prisão, seguida do suicídio, em 2017, do professor Luiz Carlos Cancellier de Olivo, de 59 anos, reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Esse quadro de servidão voluntária clama por uma postura de ruptura com os valores dominantes do capital, o que só poderá acontecer mediante embate e conflito, assumindo-se riscos e enfrentando-se os poderes constituídos, nas lutas diuturnas em prol de uma vida efetivamente digna e com sentido. Essas ações devem ser pautadas no enfrentamento das desigualdades, na reconquista da soberania e no respeito aos direitos humanos – especialmente nas dimensões atinentes a classe, raça/etnia, gênero, cultura, geração, família e outras categorias sociológicas –, bem como no respeito mútuo e na busca por justiça diante do quadro conjuntural que vivemos, no qual predomina o desemprego e o subemprego (‘uberização’ do trabalho), os cortes na ciência e tecnologia, as privatizações do patrimônio público, a destruição do serviço público, os reajustes abusivos nos preços dos combustíveis e do gás de cozinha, o aumento das tarifas e taxas de juros e a retirada dos direitos trabalhistas¹⁹. Em vista disso, o endividamento social se agrava, tanto no plano pessoal

1.1 ¹⁹ BAVA, Silvio Caccia. Os sentimentos comandam. *Le Monde Diplomatique*, [S. l.], ano 124, editorial, p. 3, jul. 2018. Cf.: SILVA, Maurício Roberto; PIRES, Giovani de Lorenzi; PEREIRA, Rogério. A servidão voluntária: “se é público é para todos” e o assédio neoliberal às universidades públicas. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 30, n. 55, editorial, p. 7-19, set. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2UnGwGp>. Acesso em: 8 mar. 2019.

quanto no âmbito da administração pública, dando corpo à ‘nova servidão’ no mundo do trabalho precarizado, que aliena o trabalhador do processo de construção da sua vida laboral cotidiana²⁰.

O conjunto das ideias expostas até então poderia servir de resposta à pergunta formulada por Pablo Gentili: *como reconhecer um governo neoliberal?*²¹. A título de síntese, poder-se-ia dizer que “o neoliberalismo [atua] mediante uma descrição dos efeitos gerados pelas políticas neoliberais (aumento da pobreza, miséria, exclusão social, corrupção, aniquilamento da esperança coletiva em um modelo de sociedade mais justa e solidária, individualismo exacerbado, mercantilização da vida cotidiana, xenofobia e, como sempre, barbárie)”²². Porém, diante das barbáries e violências perpetradas pelo governo Bolsonaro, talvez não seja necessário perguntar como reconhecer um governo fascista.

Senão vejamos: é nesse limiar que a “antipolítica”²³, com requintes de “necropolítica”²⁴, vem norteando diversos pontos atinentes à questão social e à agenda política, fundada em diversos tipos de opressão, no fomento da desigualdade de classe social e na segregação racial e de gênero. Ambas são formas de fazer política que negam à política o papel de instrumento de igualdade, fraternidade e liberdade, enfim, de emancipação social. E é justamente essa forma destrutiva de comandar a política que se assanha sobre os direitos sociais, servindo de caixa de ressonância aos pressupostos, às práticas e à ideologia do Estado Mínimo neoliberal. Desse modo, o Estado de Direito, fundado na proteção aos “direitos fundamentais, direitos assegurados pelo Estado pelo simples fato de existir vida humana”²⁵, vai sendo substituído pela insurgente onda de violência perpetrada pelo Estado de Exceção, que, amalgamado ao fascismo, forja assim o chamado Estado Pós-Democrático.

Os fascistas, no caso de Bolsonaro e de seus adoradores e defensores, têm como características a ‘personalidade autoritária’; apostam no uso da força para solucionar os mais diversos problemas sociais, odeiam o saber, têm medo da liberdade e apresentam compulsão à submissão. São orientados por uma ideologia da negação, ou seja: negam as qualidades de seus opositores, as conquistas históricas, a luta de classes e o conhecimento; costumam apresentar

²⁰ ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: um novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

²¹ GENTILI, Pablo. Como reconhecer um governo neoliberal? Um breve guia para educadores. In: SILVA, Luiz Heron da; AZEVEDO, José Clóvis de (org.). **Reestruturação curricular**: teoria e prática no cotidiano da escola. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 128-137.

1.2 ²² **Ibid.**

²³ CLETO, Murilo. O triunfo da antipolítica. In: JINJINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. (org.). **Por que gritamos golpe?** São Paulo: Boitempo, 2016. p. 43-48.

²⁴ MBEMBE, Achiles. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. **Arte & Ensaios**, [S. l.], n. 32, p. 123-150, dez. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2TMXHld>. Acesso em: 8 mar. 2019.

²⁵ SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão a Bolsonaro. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019, p. 250.

projetos inconsistentes, mas não se furtam a criticar e atacar os dos outros. Mas o que eles não suportam mesmo é a democracia, aqui entendida “como um modelo em que os direitos fundamentais são universalizados, como um processo de educação para a liberdade e como um governo condicionado pela existência dos limites ao exercício do poder”²⁶.

Em um país sob ‘transe’, em meio às ‘razões irracionais do fascismo’, desponta o Estado Pós-Democrático. Vale dizer que todo fascismo é reflexo de uma luta de classes truncada, percebida de modo distorcido e, por esse motivo, carrega em seu âmago a violência e a irracionalidade. Em sua essência, esse retorno à barbárie é sustentado pela manipulação política das emoções, o que gera agressividade, ódio, medo, raiva, ressentimento e ansiedade sem freios. Ademais a incompreensão racional por parte da população sobre processos complexos como os que descrevemos é utilizada para a construção de bodes expiatórios, um modo eficiente de canalizar frustração e ressentimentos sociais. Aliada a essa questão, pode-se acrescentar a coalização formada pelas elites que conduziram o golpe e por outras elites hiperconservadoras, com o fim de galgar o poder e aniquilar o petismo, o suposto comunismo e o socialismo. Assim sendo, tanto Temer quanto Bolsonaro se valeram do bode expiatório da corrupção na política, visando com isso apenas desviar a atenção de suas próprias corrupções, disfarçadas por um verniz de legalidade²⁷. Ou seja, uma verdadeira distorção política, um engodo!

Trata-se, portanto, de uma nova forma de política de ódio no mundo atual, tanto nos países desenvolvidos quanto nos periféricos. Essa forma de fascismo se assemelha, em vários aspectos, ao fascismo clássico (nazifascismo europeu), o que é um perigo para a humanidade e, nesse caso, para o Brasil. Isto posto, o fascismo do governo Bolsonaro tem que ser avaliado no contexto histórico brasileiro, considerando-se as diversas formas que assume ao fazer política.

As reflexões evocadas nos levam de maneira inequívoca a pensar nas práticas políticas do governo Bolsonaro, principalmente no que tange à militarização das escolas e ao armamento da sociedade, viabilizado por leis que flexibilizam a posse e o porte de armas, para o semeio de mais violência e mortes. Nessa linha de pensamento, ressurgem algumas das ideias e práticas vigentes durante a Ditadura Militar, cujos personagens, capitães e generais das Forças Armadas, da reserva e da ativa, ocupam muitos cargos e ministérios na gestão deste governo. Assim, voltam os fantasmas da ditadura de 1964, e com eles o temor das práticas de torturas e dos homicídios praticados naquela época – mas que hoje são negados pelos atuais militares. Também retornam os discursos e as práticas opressoras características daquele período, como por exemplo, perseguições e

²⁶ CASARA, Rubens R. R. **Estado Pós-Democrático**: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 13.

²⁷ Ibid.

criminalização dos movimentos sociais, bem como o cerceamento da liberdade de expressão, entre outras. Em meio a esse clima belicoso, destacam-se as milícias, que promovem cotidianamente o extermínio de pobres, indígenas, mulheres, negros e GLBTTs (Marielle é o caso mais sintomático), entre outros. Em meio ao racismo e ao ódio indiscriminado, instaura-se a lógica da austeridade, promovendo o crescente aumento das desigualdades sociais, que são agravadas com o recrudescimento das discriminações de gênero (homofobia) e raça/etnia (racismo), por preconceitos e ódio de classe contra os nordestinos, contra os supostos ‘comunistas’ e ‘socialistas’.

Tendo em vista os riscos do fascismo, principalmente na sua fusão com o neoliberalismo, não podemos nos esquecer que o pensamento autoritário é fundamental à manutenção do Estado Pós-Democrático. Assim, temos que admitir que “o desafio é destruir e vomitar a serpente capaz de conduzir nossas vidas ao fascismo e, o que é ainda mais difícil, ajudar o outro, aquele que identificamos como fascista, a destruir e vomitar a sua serpente. Vomitar o fascismo ajuda também a desintoxicar da racionalidade neoliberal o poder²⁸”.

O que se impõem como desafio, conforme a epígrafe da música de Chico César na abertura desse editorial, é fazer com que esses bolsominions – isto é, “cães danados do fascismo”, que “babam e arregalam os dentes”, que são contra qualquer tipo de pensamento crítico – se ‘desarmem’, que deixem de se inspirar nas ‘políticas da morte’ e no ódio de classe, gênero, raça/etnia, cultura e geração. Tarefa difícil, mas imprescindível, pois eles têm como ícone maior o próprio Bolsonaro, que dorme com uma arma ao lado da cama e faz gestos com as mãos que simulam tiros contra os seus inimigos. Nesse sentido, vale mais uma vez lembrar que os fascistas, pelo fato de odiarem as diferenças, por serem avessos ao pensamento crítico e defenderem apenas o pensamento único, terminam por ameaçar seus oponentes de tal forma que eles se veem obrigados, forçosamente, a se exilar em outros países, como é o caso da filósofa Marcia Tiburi, do PT, e de Jean Wyllys, deputado do PSOL, que se evadiram do país em razão das ameaças de morte e de outras violências. Isto posto, ‘não devemos largar a mão uns dos outros’ até que eles saiam do ‘ovo da serpente’, das milícias paramilitares, militares e civis, até que eles se destruam pelas próprias palavras e ações, pelo próprio veneno de serpente que inoculam.

Consideramos imprescindível e inadiável reconhecer que temos pela frente o desafio de recuperar as práticas e políticas do Estado Democrático de Direito, diante dessas evidências da conjuntura neoliberal e fascista. Essa postura é fundamental, considerando-se que o Estado Pós-Democrático se constitui num Estado que, da perspectiva econômica, retoma com força as propostas de Estado mínimo do neoliberalismo e pode vir a se consolidar na conjuntura atual,

²⁸ CASARA, Rubens R. R. A serpente e a potência fascista. **Justificando**, [S. l.], 6 jun. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2ubMpuU>. Acesso em: 15 mar. 2019.

tendo-se em vista sua força no Senado e no Congresso. O Estado Pós-Democrático desponta como “um mero instrumento de manutenção da ordem, controle das populações indesejadas e ampliação das condições de acumulação do capital e geração de lucros”²⁹.

Esta edição representa uma mudança significativa no que tange à publicação de artigos em nosso periódico, pois, como afirmado na edição passada, tendo em vista os gastos com o processo de diagramação de PDFs e a falta de uma política de apoio por parte de agências de fomento que nos permitisse minimamente cobrir tais gastos, passamos a operar com a dinâmica de editoração por *templates*. Nesse sentido, somos gratos aos parceiros do portal de periódicos da UFSC pelo empenho na produção dos modelos de *templates* a serem utilizados pela nossa Revista a partir da presente edição. É importante afirmar que, com o fim dos gastos com a diagramação, temos a possibilidade de ampliar o número de artigos publicados por edição, o que tende a diminuir consideravelmente o tempo entre a sua aprovação e publicação. Assim sendo, nesta edição, que inaugura nosso trabalho com os *templates*, continuaremos com a publicação de quinze artigos, assumindo o compromisso de ampliar este número para vinte artigos a partir da próxima edição.

Damos continuidade a nossa trajetória editorial ainda tocados pelo misto de sentimentos que nos legou o ano de 2018. Ou seja, de um lado, pela alegria do trigésimo aniversário da Motrivivência, marcando trinta anos de uma política editorial voltada para as discussões no campo da Educação Física e seus diálogos com as Ciências Humanas e Sociais, a partir de uma perspectiva eminentemente crítica; de outro, pelo retrocesso representado pela ascensão ao poder dos mais ferrenhos representantes do neoliberalismo, envoltos pela roupagem do neoconservadorismo/autoritarismo.

No tocante a tal retrocesso, é possível afirmar que esse governo messiânico, logo no início, já apresentou posturas que devem fazer até os mais convictos bolsominions da área esportiva sentirem um gostinho de arrependimento, como por exemplo, a extinção do Ministério do Esporte. Perante o exposto, propomos aos pesquisadores da área que se posicionem através de suas produções acadêmicas, anunciando chamada para a seção temática a ser publicada ainda no ano de 2019, cujo tema será ‘a extinção do Ministério do Esporte e as consequências para a Educação Física, Esportes e Lazer. O prazo para a postagem de manuscritos é até 15 de junho de 2019, conforme apresentado na página da revista. Os artigos devem versar sobre as repercussões da ‘a extinção do Ministério do Esporte’ para a sociedade brasileira, tendo como ementa: o governo

²⁹ Id., 2017, p. 13.

Bolsonaro e o ódio à democracia , ódio de classe, ódio ao esporte e à cultura corporal e de movimento; a destruição do Ministério do Esporte e da Constituição de 1988; as repercussões do fim do Ministério do Esporte para os beneficiados dos diversos programas e ações: crianças, jovens, adultos e idosos oriundos da classe trabalhadora empobrecida que vive nas periferias das cidades; a destruição das políticas públicas e sociais em geral e das políticas para a Educação Física, Esportes e Lazer, sobretudo, para programas como o Segundo Tempo, o Programa Esporte e Lazer da Cidade (Pelc), a Rede Cedes, e outros; em tempos de destruição do Ministério do Esporte e das políticas esportivas – construir resistências pautadas na defesa intransigente de uma Pedagogia do Esporte e das práticas corporais de caráter emancipatório e democrático, calcada no direito ao esporte e no “direito à cidade”.

Nossa edição de número 57 é composta, como de costume, por um equilibrado conjunto de textos, entre artigos originais e de revisão, com temáticas e abordagens metodológicas variadas, que compreendemos ser importantes para o aprofundamento das discussões em nosso campo do conhecimento. A importância das produções veiculadas por nosso periódico junto à comunidade acadêmica pode ser verificada nas estatísticas disponibilizadas pelo portal de periódicos da UFSC. No ano de 2018, por exemplo, dentre as Revistas que fazem parte do Portal a página da Motrivivência na internet foi a terceira mais visitada, tendo registrado aproximadamente 410 mil acessos e a primeira colocada em arquivos baixados, contando com 182 mil *downloads*, o que representa um crescimento de 11% em relação ao ano de 2017. Tais números são fruto do trabalho árduo e compromissado de nossa equipe editorial, juntamente com nosso corpo de avaliadores, o que nos deixa orgulhosos, porque reafirmam a necessidade de continuarmos proporcionando aos nossos leitores o alto nível de qualidade observado nas produções do nosso periódico, veiculadas a partir de uma política de acesso aberto.

A capa desta edição é assinada pelo fotógrafo baiano Paulo Lima, que, a partir do seu olhar sensível, expressa um sinal dos nossos tempos, em que a onipresença dos militares no alto escalão do atual governo, juntamente com o fascismo insurgente, o autoritarismo e a violência, não apenas no âmbito discursivo mas também na realidade concreta, fazem-nos temer mais uma vez o futuro, trajado como está de passado sombrio.

Na presente edição temos a honra de homenagear o Professor Giovani De Lorenzi Pires, editor-chefe da Revista, que há quase 20 anos vem dedicando-se, em parceria com o Professor Maurício Roberto da Silva, à tarefa de tocar em frente um projeto editorial de veiculação do conhecimento científico na área de Educação Física, lazer e esportes, sempre pautado pela ética, pelo compromisso com a qualidade das publicações, e pela dimensão formativa dos processos de

produção editorial que contribuem com a caminhada de todos nós, membros da equipe editorial da Motrivivência, que carinhosamente assinamos essa singela homenagem.

Por último, resta-nos agradecer aos nossos colaboradores, que contribuíram sobremaneira para o crescimento e a visibilidade deste projeto editorial; aos editores, que coordenam e gerenciam todos os trâmites ligados à publicação; aos autores, que nos prestigiam com a submissão de seus artigos; aos revisores, que voluntariamente realizam a avaliação dos manuscritos; e aos leitores, a quem todo o nosso trabalho, em última análise, é dedicado.

Encerramos este editorial com alguns versos para reflexão sobre a barbárie que se entranhou no Estado brasileiro com a perda violenta e paulatina da nossa democracia e, conseqüentemente, do Estado de Direito. Os versos a seguir pretendem nos convocar para a resistência permanente contra o Estado Pós-Democrático, que é movido pela lógica de ‘destruição criativa’ do capitalismo neoliberal, pelos “cães fascistas” e pela chegada dos militares ao poder político. Por essas e tantas razões:

“É preciso que haja alguma coisa
alimentando o meu povo;
uma vontade
uma certeza
uma qualquer esperança.
É preciso que alguma coisa atraia
a vida
ou tudo será posto de lado
e na procura da vida
a morte virá na frente
a abrirá caminhos.
É preciso que haja algum respeito,
ao menos um esboço
ou a dignidade humana se afirmará
a machadadas”³⁰.

Desejamos uma leitura crítica e propositiva!

Florianópolis, março de 2019.

Lula Livre! Marielle Presente!

Maurício Roberto da Silva, Giovani De Lorenzi Pires, Rogério Pereira, Juliano Silveira

Os Editores

³⁰ NETO, Torquato. **Poema do aviso final**. In: ANDRADE, Mário *et al.* **50 Poemas de revolta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 44.